

A possibilidade do novo: o conceito de natalidade em Hannah Arendt

Fabíola Porto Gangá
Joelson Pereira de Sousa

Resumo

O presente estudo pretende apresentar a noção de natalidade a partir da obra *A condição humana* (1958) de Hannah Arendt, pensadora que se debruçou sobre as questões mais complexas da contemporaneidade especialmente na abordagem da política. Com a noção de natalidade Arendt procura retratar a relação do ser humano com o seu nascimento, é a partir deste conceito que ela observa no prolongamento de uma vida a possibilidade sempre atual do novo. Novas transformações ocorreriam mediante o surgimento de uma nova vida, pois somente uma nova criação é capaz de trazer ao mundo o “novo”, mesmo que na forma de um recomeço. Cada ser humano possui em si a capacidade de criar, inventar e se superar a cada instante, sendo por isso, mutável e inconstante. Com seu nascimento não é só uma vida que vem ao mundo, mas uma nova história a ser construída. Só o homem é capaz de criar o novo, a natureza não conhece tal artifício, por isso, a natalidade passa a ser em Arendt o princípio de um novo começo, um momento de ruptura com o que era e com o que ainda vai ser. Esta pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica e trabalha especificamente as obras *A condição Humana* (1958) e *Entre o Passado e o Futuro* (1968) de Hannah Arendt, além de estudos de sua obra como CORREIA (2006) e CORREIA (2008).

Palavras-Chaves: Hannah Arendt, Condição Humana, Natalidade, Política.

Abstract

This study aims to present the birth concept from the work *The Human Condition* (1958) Hannah Arendt, thinker that has gone into the most complex contemporary issues especially in addressing the policy. With the birth notion Arendt seeks to portray the relationship of man with his birth, it is from this concept that she watches on from a life the ever present possibility of the new. New transformations occur by the emergence of a new life, because only a new creation is able to bring to the world the “new”, even as a fresh start. Every human being has in it the ability to create, invent and excel at every moment, being so changeable and fickle. With his birth is not only a life coming into the world, but a new story to be built. Only man is capable of creating the new, nature knows no such device, so the birth becomes Arendt in the beginning of a new beginning, a moment of rupture with what was and what will still be. This research consists of a literature review and specifically works the works *The Human Condition* (1958) and *Between the Past and the Future* (1968) Hannah Arendt, and studies of his work as BELT (2006) and Correia (2008).

Keywords: Hannah Arendt, The Human Condition, Birth, Politics.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade discutir a noção de natalidade no pensamento de Hannah Arendt, buscando apontar a importância deste conceito para a compreensão da existência humana no mundo contemporâneo. Mundo este que padece sob o estigma da perplexidade frente às grandes guerras do Século XX, que condenou tantas gerações à experiência da barbárie, da banalidade do mal e da morte indiscriminada de seres humanos. Tomando por base a obra intitulada *A Condição Humana* de 1958, na qual Hannah Arendt propõe o estudo das três atividades fundamentais constituintes da vida humana: o labor, o trabalho e a ação. Neste estudo veremos como estas atividades essenciais estão relacionadas com a natalidade – o nascimento de novos seres humanos, o instante primeiro que inaugura e principia a trama da existência dos homens.

Labor, trabalho e ação são as bases que sustentam a existência da espécie humana, pois certamente sem elas os homens não viveriam. Para Arendt “As três atividades e suas respectivas condições tem íntima relação com as condições mais gerais da existência humana: o nascimento e a morte, a natalidade e a mortalidade.” (1989, p.16). De modo que, por meio do labor se assegura a sobrevivência da espécie, enquanto que o trabalho proporciona a durabilidade do mundo e a ação, por sua vez, preserva o aspecto comum das relações entre os homens.

Esses três elementos decisivos da existência e da preservação dos seres humanos são os responsáveis diretos pelo estabelecimento de um mundo capaz de receber novos indivíduos através da natalidade, garantindo sempre a renovação da espécie e a possibilidade de um novo recomeço.

1. Labor e natalidade

A primeira atividade fundamental que integra a condição humana observada por Hannah Arendt é o Labor, ou seja, o aspecto natural da existência humana. O Labor seria então “a própria vida”, em outras palavras, é a atividade responsável pela existência biológica e pela sobrevivência humana como organismo vivo na terra. Tudo que existe na natureza e que é vital para o ser humano faz parte do labor, sem essa atividade não haveria outras atividades essenciais como o trabalho e a ação, já que é através do labor que realizamos nossa existência como vida natural. Na medida em que o corpo orgânico determina aquilo que necessita, naturalmente o organismo aceita essa determinação e a segue, uma vez que são necessidades essenciais para que esse corpo continue a existir. Trata-se de um comportamento inato à própria condição humana e por isso não depende de suas escolhas, mas sim do determinismo da natureza. É o que nos diz Arendt ao afirmar que:

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio tem a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida (ARENDR, 1989, p.15).

Sendo assim, é o labor que nos liga definitivamente à natureza, pois diz respeito à nossa existência e sobrevivência como vida natural. Diferente das outras atividades essenciais só o labor destina-se à sobrevivência do organismo biológico dos indivíduos, concretizando as condições físicas do ser humano em sua totalidade. Embora não possua muita durabilidade e não tenha a mesma proporção de permanência do que é produzido através do trabalho ou

da ação, o labor visa atender aquelas necessidades imediatas e primordiais da vida natural, tornando-se indispensável para o modo de ser humano.

No âmbito do determinismo inerente às forças que regem a natureza não há nada de inovador no modo natural, ao contrário, o que se vê, é a mesma reprodução de fenômenos que acontecem de forma espontânea e cíclica na natureza. Dessa maneira, a natureza ou a vida natural nunca propõe nada de novo do que já é reproduzido frequentemente no mundo para a manutenção da existência de qualquer organismo vivo e também do próprio ser humano. São os mesmo ciclos naturais que observamos nas estações do ano, na função reprodutiva das espécies, na função nutritiva que mantém a vida de cada indivíduo, ou seja, a natureza esta ordenada a partir de repetições contínuas que se desenrolam ininterruptamente.

Somente os seres humanos podem romper o determinismo da natureza, e é aqui que a natalidade aparece como potência inovadora por meio da qual a vida é lançada no mundo na forma de uma existência capaz de conferir significado ao ambiente em que vive. No entanto, mesmo que a natalidade tenha consagrado como capacidades inerentes ao modo vida do ser humano a condição de autor de grandes feitos e criador de novas coisas, o homem tem na morte um fim inevitável, uma realidade inescapável que resume o drama humano ao mesmo tempo que é também garantia de renovação das gerações, assim natalidade e mortalidade são como extemos que se tocam na medida em que ambas compõem de modo determinante a condição humana, garantia a superação e a abertura sempre constante para o novo.

[...] o fato decisivo e determinante do homem como um ser consciente e rememorador é o nascimento ou a "natalidade", isto é, o fato de que ingressamos no mundo através do nascimento. O fato decisivo determinante do homem como um ser desejante é a morte ou a mortalidade, o fato de que deixaremos o mundo com a morte [...] (ARENDR, apud CORREIA, 2008, p.51-52).

Conforme já foi especificado anteriormente é característica de todo ser humano nascer e morrer, o homem evidentemente sabe que em um determinado momento deixará de habitar este mundo. A natalidade e a mortalidade, portanto, são partes indissociáveis do ser humano, pois cada indivíduo existente carrega essas especificidades. Mesmo assim, ao habitar este mundo o homem realiza sua existência a partir de uma potência criadora, capaz de realizar grandes e memoráveis feitos.

A diferença entre as coisas que são dadas pela natureza como parte do universo, bem como o próprio universo, e os assuntos humanos, assuntos que devem sua existência ao homem, não consistia em que estes são menos notáveis, mas em que não são imortais. Nem a mortalidade do homem nem a fragilidade dos assuntos humanos eram ainda argumentos contra a grandeza potencial de seus empreendimentos (ARENDR, 2009, p.92).

Portanto, os seres humanos são as únicas criaturas cientes do seu início, meio e fim, compreendendo sua vida entre o nascimento e a morte. Para Arendt, essa determinação biológica tem no labor uma atividade de manutenção desta existência que se encerra nos limites naturalmente impostos ao homem. No entanto, ela considera que os seres humanos

nasceram apenas para viver, com o propósito de uma promessa de instaurar o novo em cada ação livre e consciente. O homem não é um ser para a morte, esta seria apenas uma consequência natural da vida.

Como visto anteriormente, para Arendt “O labor assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie” (1989, p.16). Pois o labor é a condição da vida natural que tende além de garantir o prolongamento da existência dos homens, permitir também a reprodução da espécie.

Os homens são as únicas criaturas realmente mortais, pois quando morre um indivíduo entende-se que jamais existirá outro com as mesmas características. Diferente dos animais que nascem como membros de sua espécie, o ser humano nasce como indivíduo, pois foi concebido singularmente em suas particularidades. Ser mortal não quer dizer que o homem seja menos respeitável, pelo contrário, nesse espaço entre a vida e a morte ele confere significado não só à sua existência mais também ao próprio mundo. Por isso, “Para a definição do humano e para o problema da liberdade o fato de que o homem nasce como indivíduo é mais significativo que o de nascer como um membro da espécie.” (CORREIA, 2008, p.32).

Todavia, os indivíduos humanos foram criados diferentes de outras espécies animais que não possuem consciência da sua presença no mundo, vivem e morrem sem sequer se dar conta de que existiram. Por sua vez, inconscientemente o homem nasce como ser único ao mesmo tempo em que contribui para a reprodução da sua espécie, embora apenas o indivíduo seja dotado de especificações particulares que o tornam participantes do mundo.

A mortalidade dos homens reside no fato de que a vida individual, com uma história vital identificável deste o nascimento até a morte, advém da vida biológica. Essa vida individual difere de todas as outras coisas pelo curso retilíneo do seu movimento que, por assim dizer, intercepta o movimento circular da vida biológica. É isto a mortalidade: mover-se ao longo de uma linha reta num universo em que tudo o que se move o faz num sentido cíclico. (ARENDR, 1989, p.27)

Contudo, é na relação entre labor e natalidade que Arendt irá apontar o determinismo da vida biológica como uma forma de garantir que novas vidas reproduzam consecutivamente a espécie humana. Segundo ela, somente por meio do labor essas novas aparições serão conservadas, possibilitando que novos indivíduos habitem o mundo e continuem a realizar a promessa contida em seus nascimentos, a saber, introduzir a perspectiva do novo em um mundo já instituído.

2. Trabalho e natalidade

Na sequência do labor, Arendt apresenta o trabalho como a segunda atividade fundamental que compõe a condição humana, ou seja, ela coloca agora em destaque o fato de que o homem, por meio de sua mão-de-obra, cria artificialmente o próprio mundo. Portanto, o trabalho das mãos humanas resulta na instauração da mundanidade em oposição àquilo que seria uma existência natural.

Diferente do labor que não necessita de invenções, o trabalho por sua vez, possui o caráter dependente da produção dos homens, afinal, é por meio destes artifícios humanos

que resulta tanto a criação como a preservação do mundo, conservando-o para os novos indivíduos que o habitarão na forma de um contínuo recomeço. Sendo assim, o trabalho segundo Arendt corresponde

ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo <artificial> de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade (1989, p.15).

Mesmo sendo a vida proporcionada naturalmente aos seres humanos, estes produzem artificialmente uma série de melhorias que visam tornar sua existência mais cômoda, trata-se da criação de objetos que ao entrarem em contato com o homem transforma seu modo de vida, tornando-o inexoravelmente condicionado a eles. Neste contexto, os produtos do trabalho são invenções necessárias, pois tendem a superar a maneira natural do homem existir, uma vez que sem essas inovações “a existência deixaria de ser humana” (1989, p.18).

Deste ponto de vista, as coisas do mundo tem a função de estabilizar a vida humana; sua objetividade reside no fato de que – [...] – os homens, a despeito de sua contínua mutação, podem reaver sua invariabilidade, isto é, sua identidade no contato com objetos que não variam, como a mesma cadeira e a mesma mesa. (1989, p.150)

Enfim, é na relação com os objetos do mundo (criação das mãos humanas), que o homem encontra estabilidade suficiente para ordenar sua vida cotidiana. O sentido das suas ocupações diárias e a própria identidade revelada na sua persona, são possíveis apenas por conta da durabilidade do mundo, que empresta certa fixidez à realidade. Só assim, o homem pode pensar o futuro, planejar e mais ainda, preservar o mundo para o novo que sempre acompanha as próximas gerações.

O novo vem ao mundo apenas por meio das mãos humanas, isso significa dizer que a natureza desconhece a possibilidade do novo, uma vez que somente os homens podem artificialmente inovar em suas criações. Mesmo no primeiro momento, o do nascimento, já possibilitaria ao indivíduo a quebra de um automatismo imposto pela natureza, pois junto com o homem nasce também a capacidade de criar aquilo que ainda não foi criado e de pensar aquilo que ainda não foi pensado.

O início deflagra algo novo e também imprevisível, que não pode ser deduzido de qualquer evento que o tenha precedido, nem operar na antecipação do futuro. Ele instaura uma ruptura na sequência da previsibilidade cotidiana, assim como na temporalidade que teve seu começo simultâneo ao começo do mundo (CORREIA, 2008, p.29).

A possibilidade de romper com as barreiras naturalmente impostas aos seres humanos, como no exemplo citado por Arendt no prólogo da Condição Humana, no qual cientistas

desafiaram as leis da gravidade enviando um satélite ao espaço, demonstra como os seres humanos são capazes de inserir a novidade em um mundo já estabelecido. Ser terreno não significa que os homens permaneçam aprisionados a este planeta.

Como pode ser visto, em todo o processo de realização da mundanidade o automatismo natural é desafiado constantemente pelos homens, pois estes buscam a todo instante constituir algo inédito através dos seus próprios recursos, possibilitando sempre a criação de artigos originais.

De cada novo homem se pode esperar o inesperado e o improvável [...] Assim, todo ato interrompe o automatismo dos processos históricos que deixados á sua própria sorte tendem a reproduzir o automatismo da natureza. É, portanto, um milagre, ainda que não da perspectiva do agente (CORREIA, 2006, p.231).

A partir do nascimento de cada ser humano um compromisso é sempre lembrado, o de que cada indivíduo possui na ação uma capacidade singular de iniciar algo novo, podendo até mesmo intervir nos acontecimentos previstos em uma linearidade histórica. Os seres humanos não seguem o mesmo automatismo imposto pela natureza.

Deste modo, o trabalho e a natalidade são características humanas que possibilitam a existência humana com alguma consistência e durabilidade.

Em outras palavras, contra a subjetividade dos homens ergue-se a objetividade do mundo feito pelo homem, e não a sublime indiferença de uma natureza intacta, cuja a devastadora força elementar os forçaria a percorrer inexoravelmente o círculo do seu próprio movimento biológico, em harmonia com o movimento cíclico maior do reino da natureza. Somente nós, que erigimos a objetivamente de um mundo que nos é próprio a partir do que a natureza nos oferece, que o construímos dentro do ambiente natural para nos proteger contra ele, podemos ver a natureza como algo <objetivo>. (ARENDRT, 1989, p.150).

Com isso, segundo Arendt, pode-se dizer que os homens superam seu destino biologicamente imposto pela natureza e que a partir da relação entre trabalho e natalidade buscam viver e preparar o mundo para que, através de cada novo nascimento, um recomeço seja efetivado. Todavia, somente com a associação do trabalho à natalidade é que a preservação dessa existência humana foi tornada possível, e agora, por meio dessas novas esperanças de transformações, a possibilidade do novo é sempre restaurada.

3. Ação e natalidade

A terceira atividade essencial apontada por Hannah Arendt na constituição da vida humana é a ação, que por sua vez, difere do labor e do trabalho na medida em que é a única entre as atividades fundamentais que vai além da simples reprodução e conservação das condições biológicas para a existência humana. Isso porque, para Arendt o ser humano só passaria a integrar o mundo através da mediação de suas ações e palavras, é o que ela chama de segundo nascimento, uma vez que, representa a inserção na vida pública.

Essa distinção singular vem à tona no discurso e na ação. Através deles, os homens podem distinguir-se, ao invés de permanecerem apenas diferentes; a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens. Esta manifestação, em contraposição à mera existência corpórea, depende da iniciativa, mas trata-se de uma iniciativa da qual nenhum ser humano pode abster-se sem deixar de ser humano. (1989, p.189)

Essa dupla inserção do homem se dá então em dois momentos: primeiramente com o nascimento, que automaticamente nos coloca no mundo por meio de um acontecimento meramente natural e desprovido de qualquer manifestação da vontade dos próprios indivíduos e, em seguida, vislumbra-se um segundo nascimento, que diz respeito à outra inserção, certamente não menos significativa que a primeira, pois se refere à existência e ao convívio com outros seres humanos.

[...] das três atividades, a ação, é a mais intimamente relacionada com a condição humana da natalidade; o novo começo inerente a cada nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir. Neste sentido de iniciativa, todas as atividades humanas possuem um elemento de ação, e, portanto, de natalidade. (ARENDR, 2007, p.17).

Deste modo, a noção de natalidade abrange no pensamento de Hannah Arendt não somente o surgimento da dimensão corpórea dos seres humanos, por meio deste conceito Arendt vai um pouco mais além, pois entende a natalidade também como dinâmica de realização do homem enquanto ser humano e não meramente como objetos físicos. Não por acaso, ela vê na ação e no discurso os modos integradores mais significativos para a vida entre os homens, e é por meio desta capacidade de integração que os homens realizam sua condição de existência.

Natalidade é sinônimo de novo, marca a possibilidade de a cada novo nascimento de um ser humano termos renovados a expectativa do surgimento de algo novo, assim, deve-se ater a este sentido de iniciativa que a natalidade adquire no pensamento de Arendt. Cada novo indivíduo potencialmente carrega em si a possibilidade de abrir novos caminhos, criar novos modos de interação, realizar novas ações e elaborar novas falas, em suma, cada novo indivíduo é dotado de iniciativa para criar o mundo de suas relações e assim confirmar o caráter comum e social da existência humana.

A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem vivem na terra e habitam o mundo[...] A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir (ARENDR, 1989, p.16).

O ser humano para se realizar completamente como homem deverá encontrar-se totalmente envolvido por outros seres humanos, individualmente ele nunca alcançaria sua humanidade. “Estar só significa não ter iguais: ‘Um é um e mais ninguém e sempre

será ninguém.’” (ARENDR, 2009, p.115). Viver é estar entre os homens fazendo parte da pluralidade humana, pois somente se relacionando e convivendo com os outros indivíduos a vida humana adquire sentido. Morrer é deixar de estar entre os homens, é sair da cena comum que unifica o mundo humano, é deixar de pertencer a uma coletividade que abriga e revele a própria essência de quem somos nós.

Assim é, primeiramente, no sentido de que nenhum ser humano jamais existe no singular, o que dá a ação e ao discurso sua importância especificamente política como as únicas atividades que são não apenas afetadas pelo fato da pluralidade, como todas as atividades humanas, mas completamente inimagináveis fora dela (ARENDR, 2009, p.109).

Na visão de Arendt, a partir da natalidade, o mundo só se tornaria um lugar habitável se houvesse condições de interação constante e permanente entre homens, de outra maneira o mundo perderia o sentido e possivelmente os seres humanos deixariam de existir por conta do isolamento. Os homens existem a partir da exigência de integração com os seus semelhantes, sua pluralidade exige o exercício e o desenvolvimento da habilidade de conviver, pois isso, para Arendt a condição humana deve privilegiar a sua existência política.

Com efeito, a natalidade, anuncia a novidade que é a aparição de cada criança no mundo e indica que este recém-chegado porta em si a espontaneidade, mas não faz dele naturalmente um ser político. Desse modo, quando realça o significado da natalidade para a política, Arendt o faz sempre a considerando como a mais remota pré-condição da política, que jamais deixa, entretanto, de ser um fenômeno pré-político (CORREIA, 2008, p.31).

Neste sentido, Arendt se refere à política como sendo a capacidade de começar, de iniciar uma perspectiva de existência na qual a pluralidade humana tornara-se a única realidade possível a partir da qual todos os seres humanos se encontrariam igualmente integrados. Arendt estabelece a necessidade de um cuidado comum pelos negócios humanos, referindo-se a um espaço de vida pública no qual se desenvolve as ações que organizam e ajustam os aspectos comuns da experiência humana, dessa forma, pode-se dizer que a ação resulta na existência política, onde os seres humanos só podem ser livres quando agem.

Em suma, nascer é já ser capaz de instaurar novidade no mundo através da ação e, assim, atualizar a liberdade, mas é a aparição inaugural de uma singularidade que, por sua unicidade e espontaneidade, é promessa de liberdade, que pode ganhar realidade no domínio político. Os homens, como entes do mundo, são politicamente não seres para a morte, mas permanentes afirmadores da singularidade que o nascimento inaugura (CORREIA, 2008, p.32)

Ao realizar sua existência política, a ação possibilita ao indivíduo estabelecer a sua singularidade, ser único e comum ao mesmo tempo, único porque cada ser ao nascer é uma novidade, nunca existiu outro igual, comum por fazer parte de uma mesma e única espécie humana. “Nascemos iguais na absoluta diferença e distinção em relação aos outros” (ARENDR, 2009, p. 114). Através dessa singularidade o ser humano insere algo

novo no mundo, algo inesperado e imprevisível. Essa ação só é concretizada mediante a interação com o próximo e de forma coletiva. É na pluralidade que o homem se manifesta.

O que Hannah Arendt assume é justamente que o mundo só se torna um lugar habitável e a convivência suportável e desejável se assumirmos por amor ou gratidão a responsabilidade por ele e se por amizade e respeito interagirmos com nossos pares. Sem isto, o mundo converte-se em um deserto. Em suma, é em uma alegre disposição para com o ser/estar no mundo e para com o ser/estar com os outros que se pode vislumbrar possibilidades menos sombrias para os nossos tempos (CORREIA, 2006, p.229).

Deste modo, Arendt concebe a relação entre ação e natalidade como demonstração da essência política presente na condição humana, sendo na verdade o modo essencial pelo qual a vida do ser humano se manifesta. Sem essa dimensão política a vida humana será impossível, no isolamento o homem perde sua humanidade pois a solidão é para o homem uma espécie de morte anunciada.

Considerações finais

Natalidade não é um conceito permanentemente biológico em Hannah Arendt, sobretudo, refere-se a um novo começo que pode ser percebido em vários momentos de uma mesma existência particular ou coletiva. Não é simplesmente o nascimento de uma criança, um novo indivíduo no mundo, mas sim a representação de um contínuo recomeço que é apenas anunciado pelo nascimento, mas que configura-se como um modo de agir livremente, em outras palavras, a natalidade é também um começo para a existência política.

No entanto, a apropriação da noção de natalidade pelo pensamento político, faz de Hannah Arendt uma pensadora original e de um dinamismo reconhecidamente vigoroso. Na verdade, este é mais um exemplo de como, para a autora, a política encontra-se presente em todas as ocasiões da vida dos seres humanos, do nascimento à morte e da ação ao discurso.

REFERÊNCIAS

1. ARENDT, HANNAH. A condição Humana. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989.
2. ARENDT, Hannah. A promessa da política. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
3. CORREIA, Adriano. O significado Político da Natalidade: Arendt e Agostinho. In: CORREIA, Adriano e NASCIMENTO, Mariangela (ORG.) Hannah Arendt – Entre o passado e o futuro. Juiz de Fora: UFJF, 2008.
4. CORREIA, Adriano. O significado Político da Natalidade – Considerações sobre Hannah Arendt e Jurgen Habermas. In: CORREIA, Adriano (ORG.). Hannah Arendt e a Condição Humana. Salvador: Quarteto, 2006.
5. JARDIM, Eduardo. Hannah Arendt – pensadora da crise e de um novo começo. Rio

de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

6. SCHIO, Sônia Maria. Hannah Arendt – história e liberdade. Porto Alegre: Clarinete, 2012.